

CONTRATO Nº [•]/[•]

ANEXO G – DIRETRIZES PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2024

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, GESTÃO, E OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS NÃO-PEDAGÓGICOS DE 17 (DEZESSETE) NOVAS UNIDADES DE ENSINO DE NÍVEL MÉDIO E ENSINO FUNDAMENTAL II NO ESTADO DE SÃO PAULO, NO LOTE DENOMINADO LOTE OESTE

SÃO PAULO

PROCESSO SEDUC Nº 378.00000070/2024-38
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2024
PPP Escolas – Lote Oeste

ÍNDICE

1.	CAPÍTULO I: DIRETRIZES GERAIS.....	3
2.	CAPÍTULO II: DA CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA FIDUCIÁRIO	5
3.	CAPÍTULO III: DA CONSTITUIÇÃO DO APORTE	6
4.	CAPÍTULO IV: DA CONSTITUIÇÃO DO SALDO MÍNIMO DA CONTA GARANTIA	6
5.	CAPÍTULO V: DO FUNCIONAMENTO DA CONTA CENTRALIZADORA	7
6.	CAPÍTULO VI: DO FUNCIONAMENTO DA CONTA GARANTIA	9
7.	CAPÍTULO VII: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES	10
8.	CAPÍTULO VIII: DISPOSIÇÕES FINAIS.....	13

PROCESSO SEDUC Nº 378.00000070/2024-38
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2024
PPP Escolas – Lote Oeste

1. CAPÍTULO I: DIRETRIZES GERAIS

- 1.1. O presente ANEXO estipula as diretrizes obrigatórias mínimas para celebração, entre o PODER CONCEDENTE, a ARSESP, a CONCESSIONÁRIA e o AGENTE FIDUCIÁRIO, do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, necessário para operacionalizar o SISTEMA FIDUCIÁRIO da CONCESSÃO.
- 1.2. Salvo expressa disposição em sentido contrário contida neste ANEXO, os termos grafados em letras maiúsculas e não definidos expressamente de outra forma neste ANEXO terão os mesmos significados a eles atribuídos no CONTRATO DE CONCESSÃO, de acordo com o ANEXO L – GLOSSÁRIO, aplicando-se, igualmente, as disposições definidas no CONTRATO DE CONCESSÃO a respeito de sua interpretação.
- 1.3. O SISTEMA FIDUCIÁRIO tem, como pressuposto, a vinculação irrevogável e irretroatável de parcela de recursos provenientes da QUOTA ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO devida ao Estado de São Paulo nos termos do art. 8º do Decreto-Lei nº 1.805/1980.
- 1.4. O SISTEMA FIDUCIÁRIO deverá dispor de uma CONTA CENTRALIZADORA para realização dos pagamentos do APORTE, da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, quando devida, caso o PODER CONCEDENTE não realize o pagamento de referidas parcelas direta e tempestivamente com recursos orçamentários, e das demais obrigações de pagamento devidas pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO e seus ANEXOS, e de uma CONTA GARANTIA cujo montante mantido em depósito será dado em penhor à CONCESSIONÁRIA, ambas a serem geridas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.
 - 1.4.1. A CONTA CENTRALIZADORA desempenhará as seguintes funções:
 - a) Receber recursos segregados da QUOTA ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO (QSE) para realização dos pagamentos estabelecidos no CONTRATO DE CONCESSÃO e neste ANEXO, caso o PODER CONCEDENTE não realize o pagamento de referidas parcelas direta e tempestivamente com recursos orçamentários;
 - b) Realizar o pagamento do APORTE, da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, quando devida, e das demais obrigações de pagamento devidas pelo PODER CONCEDENTE à

PROCESSO SEDUC Nº 378.00000070/2024-38
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2024
PPP Escolas – Lote Oeste

CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO e seus ANEXOS, caso o PODER CONCEDENTE não realize o pagamento de referidas parcelas direta e tempestivamente com recursos orçamentários; e

- c) Formar e complementar o saldo da CONTA GARANTIA sempre que houver necessidade de seu acionamento pela CONCESSIONÁRIA.

1.4.2. A CONTA GARANTIA desempenhará as seguintes funções:

- a) Manter, em depósito, o SALDO MÍNIMO, constituído na forma do item 4, com recursos provenientes da QUOTA ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO, cuja função será garantir o adimplemento das obrigações pecuniárias do PODER CONCEDENTE, em caso de inadimplemento ou mora, no âmbito da CONCESSÃO; e
- b) Assegurar que o montante equivalente ao SALDO MÍNIMO seja oferecido como garantia pignoratícia em favor da CONCESSIONÁRIA para garantir o pagamento do APORTE, da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, quando devida, em caso de inadimplemento ou mora por parte do PODER CONCEDENTE na condução do processo de emissão da ORDEM DE PAGAMENTO, ou insuficiência de saldo na CONTA CENTRALIZADORA.

1.5. Os valores do QESE transferidos ao SISTEMA FIDUCIÁRIO deverão estar exclusivamente vinculados ao CONTRATO e serão utilizados para realizar o pagamento, à CONCESSIONÁRIA, das parcelas de APORTE, das CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAIS EFETIVAS e das CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAIS COMPLEMENTARES, caso o PODER CONCEDENTE não realize o pagamento de referidas parcelas direta e tempestivamente com recursos orçamentários quando devidas, das demais obrigações de pagamento devidas pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO e seus ANEXOS e, sempre que necessário, para recompor o SALDO MÍNIMO da CONTA GARANTIA.

1.6. A CONTA CENTRALIZADORA e a CONTA GARANTIA deverão ser mantidas abertas e em pleno funcionamento durante toda a vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO e somente poderão ser encerradas em caso de celebração de CONTRATO com novo AGENTE FIDUCIÁRIO, ou caso sejam previamente abertas novas contas bancárias com as mesmas finalidades.

1.7. O SALDO MÍNIMO deverá ser aplicado em investimentos de liquidez diária, atrelados à Taxa do

PROCESSO SEDUC Nº 378.00000070/2024-38
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2024
PPP Escolas – Lote Oeste

Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), observadas as seguintes alternativas:

- 1.7.1. Títulos Públicos de emissão do Tesouro Nacional, com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas neste ANEXO, de acordo com o CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS firmado com o AGENTE FIDUCIÁRIO; e/ou
- 1.7.2. Cotas de fundo de investimento, com liquidez compatível com as necessidades da CONTA GARANTIA, cuja política de investimento admita a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados no item 1.7.1, acima, e apenas admita a realização de operações com derivativos para proteção das posições detidas à vista e até o limite dessas.
- 1.8. Todas as aplicações deverão ser realizadas com recursos da CONTA GARANTIA e os resgates deverão ser feitos por meio de crédito na mesma conta.
 - 1.8.1. Todo e qualquer rendimento obtido com os investimentos realizados com os valores depositados na CONTA GARANTIA será acrescido ao saldo da respectiva CONTA, para todos os fins deste ANEXO.
- 1.9. Será cláusula obrigatória do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS a previsão de que a CONCESSIONÁRIA terá prioridade dos repasses dos recursos do QESE, observados os termos deste ANEXO, perante qualquer outra delegatária que venha a celebrar CONCESSÃO administrativa com escopo similar ao deste CONTRATO.

2. CAPÍTULO II: DA CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA FIDUCIÁRIO

- 2.1. O PODER CONCEDENTE, a ARSESP e a CONCESSIONÁRIA deverão celebrar, como condição para a assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO, o CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS com o AGENTE FIDUCIÁRIO, de modo a estabelecer o SISTEMA FIDUCIÁRIO, que deverá observar as diretrizes estabelecidas neste ANEXO, bem como as obrigações e demais disposições do CONTRATO e seus ANEXOS, em especial, os ANEXO H – APORTE.
 - 2.1.1. Caberá à CONCESSIONÁRIA efetuar a abertura das contas bancárias às quais serão atribuídas as funções de CONTA CENTRALIZADORA e CONTA GARANTIA em nome do PODER CONCEDENTE e, por meio do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, outorgar plenos poderes ao AGENTE FIDUCIÁRIO para sua gestão.
 - 2.1.2. Caberá à CONCESSIONÁRIA efetuar a abertura da conta bancária, em seu nome, à qual será

PROCESSO SEDUC Nº 378.00000070/2024-38
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2024
PPP Escolas – Lote Oeste

atribuída a função de CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO, cujos dados deverão ser informados ao AGENTE FIDUCIÁRIO.

- 2.1.3. Após a celebração do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS entre as PARTES, ARSESP e AGENTE FIDUCIÁRIO, a CONCESSIONÁRIA poderá providenciar seu registro perante Cartório de Títulos e Documentos do local da sede do PODER CONCEDENTE.

3. CAPÍTULO III: DA CONSTITUIÇÃO DO APORTE

- 3.1. O valor do APORTE, a ser apurado conforme os respectivos marcos previstos no ANEXO H – APORTE, deverá ser segregado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO na CONTA CENTRALIZADORA em até 1 (um) mês anterior à data prevista para o seu pagamento, conforme ANEXO H - APORTE e o PLANO DE EXECUÇÃO aprovado.
- 3.1.1. Caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não receba, até 2 (dois) dias após o vencimento do pagamento do APORTE, a ser apurado conforme o marco previsto no ANEXO H – APORTE, uma NOTIFICAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO, deverá transferir o valor segregado para a CONTA QESE.
- 3.1.2. Caso o AGENTE FIDUCIÁRIO receba, até 2 (dois) dias após o vencimento do pagamento do APORTE, uma NOTIFICAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO da CONCESSIONÁRIA, deverá transferir, da CONTA CENTRALIZADORA para a CONCESSIONÁRIA, o valor do APORTE devido à CONCESSIONÁRIA.

4. CAPÍTULO IV: DA CONSTITUIÇÃO DO SALDO MÍNIMO DA CONTA GARANTIA

- 4.1. O SALDO MÍNIMO corresponderá à soma dos valores de 06 (seis) CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAIS MÁXIMAS a serem depositadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO na CONTA GARANTIA.
- 4.1.1. A formação do SALDO MÍNIMO obedecerá ao seguinte cronograma:
- a) Em até 45 (quarenta e cinco) dias da data da ASSINATURA DO CONTRATO, como CONDIÇÃO DE EFICÁCIA, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá transferir, da CONTA CENTRALIZADORA para a CONTA GARANTIA, o montante correspondente à soma dos valores de 3 (três) CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAIS MÁXIMAS (“Primeira

PROCESSO SEDUC Nº 378.00000070/2024-38
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2024
PPP Escolas – Lote Oeste

Transferência”); e

- b) Em até 150 (cento e cinquenta) dias da data da “Primeira Transferência”, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá transferir, para a CONTA GARANTIA, o montante correspondente à soma dos valores de 3 (três) CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAIS MÁXIMAS.

5. CAPÍTULO V: DO FUNCIONAMENTO DA CONTA CENTRALIZADORA

5.1. A CONTA CENTRALIZADORA será movimentada, com exclusividade, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO para realização dos pagamentos do APORTE, da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, quando devida, caso o PODER CONCEDENTE não realize o pagamento de referidas parcelas direta e tempestivamente com recursos orçamentários, das demais obrigações de pagamento devidas pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO e seus ANEXOS, e do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO devido mensalmente à ARSESP pela CONCESSIONÁRIA, observadas as seguintes ações:

5.1.1. No prazo máximo de até 1 (um) mês da data de seu pagamento e, enquanto perdurar a obrigação, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá segregar, na CONTA CENTRALIZADORA, o valor correspondente ao APORTE devido à CONCESSIONÁRIA, observadas as condições para sua constituição disciplinadas pelo item 3.

5.1.1.1. Caso o PODER CONCEDENTE realize o pagamento direta e tempestivamente, nos termos da Cláusula 15.6.4 do CONTRATO, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá transferir o valor segregado para a CONTA QESE.

5.1.2. A partir da emissão do ACEITE PROVISÓRIO e/ou DEFINITIVO da 1ª (primeira) UNIDADE DE ENSINO e até a emissão da ORDEM DE OPERAÇÃO da 1ª (primeira) UNIDADE DE ENSINO entregue pela CONCESSIONÁRIA, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá realizar a segregação mensal do valor equivalente à PARCELA FIXA da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA até, no máximo, o 24º (vigésimo quarto) dia de cada mês.

5.1.2.1. Caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não receba, até o 24º (vigésimo quarto) dias de cada mês, uma NOTIFICAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO, deverá transferir o valor segregado para a CONTA QESE até o 25º dia de cada mês.

PROCESSO SEDUC Nº 378.00000070/2024-38
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2024
PPP Escolas – Lote Oeste

5.1.2.2. Caso o AGENTE FIDUCIÁRIO receba, até o 24º (vigésimo quarto) dia de cada mês, uma NOTIFICAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO da CONCESSIONÁRIA, deverá transferir, da CONTA CENTRALIZADORA para a CONCESSIONÁRIA, até o 26º (vigésimo sexto) dia de cada mês, a PARCELA FIXA da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA.

5.1.2.3. Após os pagamentos realizados conforme item 5.1.2, o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá transferir eventual saldo remanescente para a CONTA QESE.

5.1.3. A partir da emissão da ORDEM DE OPERAÇÃO da 1ª (primeira) UNIDADE DE ENSINO ou na hipótese a que se referem as Cláusula 15.3 e 15.3.2 do CONTRATO, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá segregar, na CONTA CENTRALIZADORA, o valor do QESE correspondente a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL MÁXIMA e à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR até, no máximo, o 24º (vigésimo quarto) dia de cada mês.

5.1.3.1. Caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não receba até o 24º (vigésimo quarto) dias de cada mês uma NOTIFICAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO, deverá transferir o valor segregado para a CONTA QESE até o 25º dia de cada mês.

5.1.3.2. Caso o AGENTE FIDUCIÁRIO receba, até o 24º (vigésimo quarto) dia de cada mês, uma NOTIFICAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO da CONCESSIONÁRIA, deverá:

- a) Transferir, da CONTA CENTRALIZADORA para a CONCESSIONÁRIA, até o 26º (vigésimo sexto) dia de cada mês o valor efetivamente devido à CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO e do ANEXO E – INDICADORES DE DESEMPENHO; e
- b) Quando houver a necessidade de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá, juntamente ao passo definido na alínea “a”, acima, transferir o valor proporcional à ORDEM DE SERVIÇO COMPLEMENTAR no mês imediatamente subsequente ao da segregação do valor.

5.1.3.3. Após os pagamentos realizados conforme item 5.1.2, o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá transferir eventual saldo remanescente para a CONTA QESE.

PROCESSO SEDUC Nº 378.00000070/2024-38
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2024
PPP Escolas – Lote Oeste

- 5.2. Os pagamentos dos valores devidos à título de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR e APORTE são independentes entre si, não se aplicando o instituto da mora cruzada entre eles em desfavor do PODER CONCEDENTE.

6. CAPÍTULO VI: DO FUNCIONAMENTO DA CONTA GARANTIA

- 6.1. Consistirão em eventos de inadimplência do PODER CONCEDENTE, autorizando o acionamento da CONTA GARANTIA:
- 6.1.1. Insuficiência de saldo na CONTA CENTRALIZADORA para fazer face ao pagamento do APORTE, da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e/ou da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR indicada na ORDEM DE PAGAMENTO, caso tenha sido emitida uma NOTIFICAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO;
 - 6.1.2. Não emissão da determinação do pagamento do APORTE pelo PODER CONCEDENTE;
 - 6.1.3. Não emissão da ORDEM DE PAGAMENTO;
 - 6.1.4. Emissão intempestiva da ORDEM DE PAGAMENTO;
 - 6.1.5. Emissão da ORDEM DE PAGAMENTO com valor distinto do indicado no RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO aprovado pela ARSESP;
 - 6.1.6. Não pagamento espontâneo, pelo PODER CONCEDENTE, de qualquer indenização devida à CONCESSIONÁRIA, devidamente determinada e reconhecida pela ARSESP; e
 - 6.1.7. Qualquer outra conduta, comissiva ou omissiva, do PODER CONCEDENTE e/ou da ARSESP que impeça ou crie obstáculos à realização da transferência, da CONTA CENTRALIZADORA à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO, dos valores devidos à título de APORTE, da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e/ou da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, se devida no respectivo mês, caso o PODER CONCEDENTE não tenha realizado o pagamento de modo direto e tempestivo, bem como das demais obrigações de pagamento devidas pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO DE CONCESSÃO e seus ANEXOS.
- 6.2. Ocorrido qualquer evento de inadimplência do PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO, com cópia ao PODER CONCEDENTE e à ARSESP, até o 5º (quinto) dia mês subsequente ao do atraso, para que este transfira, no prazo máximo de 3 (três)

PROCESSO SEDUC Nº 378.00000070/2024-38
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2024
PPP Escolas – Lote Oeste

dias, da CONTA GARANTIA para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO, o valor inadimplido.

6.2.1. Inobservado o prazo estipulado no item 6.2, será aplicada, à título de correção monetária e juros de mora, a variação *pro rata temporis* da taxa SELIC, a partir da consolidação do débito e até a data do efetivo pagamento à CONCESSIONÁRIA.

6.3. Sempre que o SALDO MÍNIMO for executado para o pagamento de eventual inadimplemento ou atraso no pagamento, o PODER CONCEDENTE deverá assegurar a sua reposição por meio da transferência dos recursos do QESE ou de qualquer recurso orçamentário no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua utilização.

7. CAPÍTULO VII: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

7.1. Serão obrigações mínimas do PODER CONCEDENTE, ressalvadas outras que venham a ser previstas no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS que sejam necessárias ou úteis ao bom funcionamento do SISTEMA FIDUCIÁRIO:

- a) Garantir o cumprimento integral e tempestivo do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, durante todo o período de vigência de cada CONTRATO, agindo sempre de boa-fé e garantindo que quaisquer medidas restritivas dos direitos conferidos às PARTES no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS sejam efetivadas em estrita conformidade com a lei e com a devida motivação;
- b) Não criar, incorrer ou permitir que sejam constituídos quaisquer ônus, gravames ou embaraços sobre os valores depositados na CONTA GARANTIA ou na CONTA CENTRALIZADORA;
- c) Garantir que a CONTA GARANTIA e a CONTA CENTRALIZADORA sejam mantidas abertas por todo o prazo de vigência do CONTRATO e/ou sua liquidação integral, o que ocorrer por último, livres de quaisquer restrições, e viabilizar, sempre que necessária, a imediata abertura de nova CONTA GARANTIA e/ou CONTA CENTRALIZADORA, a fim de assegurar a continuidade dos fluxos de pagamentos devidos à CONCESSIONÁRIA, nos termos da legislação, do CONTRATO e do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS;
- d) Assegurar que o SALDO MÍNIMO seja constituído tempestivamente, nos prazos

PROCESSO SEDUC Nº 378.00000070/2024-38
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2024
PPP Escolas – Lote Oeste

estabelecidos neste ANEXO, observadas as disposições do CONTRATO DE CONCESSÃO e seus ANEXOS;

- e) Se necessário, designar dotação orçamentária com a finalidade de suportar e/ou complementar o custeio do SISTEMA FIDUCIÁRIO;
 - f) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
 - g) Informar, ao AGENTE FIDUCIÁRIO, por escrito, a existência de qualquer demanda judicial ou extrajudicial que possa afetar os direitos da CONCESSIONÁRIA e os recursos depositados no SISTEMA FIDUCIÁRIO;
 - h) Indicar preposto que estará autorizado a acessar extratos e realizar outras operações permitidas no SISTEMA FIDUCIÁRIO;
 - i) Informar, ao AGENTE FIDUCIÁRIO, as datas previstas para pagamento de APORTE, assim que aprovado ou alterado o PLANO DE EXECUÇÃO, além do valor do APORTE efetivamente devido à CONCESSIONÁRIA, observada a periodicidade e valor máximo de pagamento delimitados no CONTRATO e ANEXO H – APORTE;
 - j) Observar o procedimento previsto na Cláusula 16ª do CONTRATO relativamente ao pagamento do APORTE em função do cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, dos marcos previstos no ANEXO H – APORTE;
 - k) Realizar o pagamento do APORTE, CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, quando devida, de forma direta e tempestiva, valendo-se de recursos orçamentários.
- 7.2. É obrigação mínima da ARSESP, ressalvadas outras que venham a ser previstas no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS que sejam necessárias ou úteis ao bom funcionamento do SISTEMA FIDUCIÁRIO, informar, mensalmente, o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, quando devida, e do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO ao AGENTE FIDUCIÁRIO.
- 7.3. Serão obrigações mínimas do AGENTE FIDUCIÁRIO, ressalvadas outras que venham a ser previstas no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS que sejam necessárias ou úteis ao

PROCESSO SEDUC Nº 378.00000070/2024-38
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2024
PPP Escolas – Lote Oeste

bom funcionamento do SISTEMA FIDUCIÁRIO:

- a) Garantir o cumprimento integral e tempestivo do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, nos termos do presente ANEXO, durante todo o período de vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO, agindo sempre de boa-fé e zelando pelos ativos sob sua custódia ou controle, com o mesmo grau de zelo empregado em relação a seus próprios ativos;
 - b) Atuar, na qualidade de administrador da CONTA GARANTIA e da CONTA CENTRALIZADORA, como fiel depositário dos valores nela depositados, realizando, tempestivamente, as transferências e os pagamentos devidos, conforme previsto no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, nos termos do presente ANEXO;
 - c) Desempenhar, única e exclusivamente, as funções expressamente previstas no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, não estando implícita nenhuma outra função ou responsabilidade adicional ou complementar, como o saque ou a transferência de numerários de maneira independente;
 - d) Recusar-se a efetivar determinações do PODER CONCEDENTE, da ARSESP e da CONCESSIONÁRIA que contrariem, expressamente, as disposições do CONTRATO e do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS; e
 - e) Fornecer ao PODER CONCEDENTE, à ARSESP e à CONCESSIONÁRIA, sempre que solicitadas, as informações da CONTA GARANTIA e da CONTA CENTRALIZADORA em prazo hábil.
- 7.4. Serão obrigações mínimas da CONCESSIONÁRIA, ressalvadas outras que venham a ser previstas no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS que sejam necessárias ou úteis ao bom funcionamento do SISTEMA FIDUCIÁRIO:
- 7.4.1. Realizar a abertura, em nome do PODER CONCEDENTE, da CONTA CENTRALIZADORA e da CONTA GARANTIA, bem como, em nome próprio, da CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO, e arcar com todos os encargos e taxas de abertura e manutenção da CONTA CENTRALIZADORA, da CONTA GARANTIA e da CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO;
 - 7.4.2. Fornecer, ao AGENTE FIDUCIÁRIO, cópia do CONTRATO DE CONCESSÃO, do PLANO DE EXECUÇÃO aprovado e de suas eventuais alterações;

PROCESSO SEDUC Nº 378.00000070/2024-38
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2024
PPP Escolas – Lote Oeste

7.4.3. Garantir o cumprimento integral e tempestivo do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS, nos termos do presente ANEXO, durante todo o período de vigência do CONTRATO, agindo sempre de boa-fé e de acordo com as boas práticas do mercado; e

7.4.4. Realizar o pagamento da remuneração devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO pela prestação dos serviços objeto do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS.

8. CAPÍTULO VIII: DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser notificado de eventuais irregularidades na prestação dos serviços e será responsabilizado caso não as sane em prazo hábil.
- 8.2. O CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS deverá prever penalidades para a hipótese de inadimplemento das obrigações das partes.
- 8.3. O CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS permanecerá vigente durante todo o prazo de vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO e/ou sua liquidação integral, o que ocorrer por último.
- 8.4. O CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS deverá prever que, caso a CONCESSIONÁRIA empenhe, ceda ou, de qualquer outra forma, transfira, aos FINANCIADORES, os direitos creditórios relativos à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e/ou à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR, o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá realizar os pagamentos de valores relativos à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e/ou da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL COMPLEMENTAR diretamente aos FINANCIADORES, mediante notificação dos FINANCIADORES.
- 8.5. O CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS poderá ser rescindido de comum acordo entre as PARTES, hipótese na qual um novo CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS deverá ser previamente celebrado, tendo o mesmo objeto e condições contratuais, com prazo de vigência a iniciar no dia útil seguinte ao da rescisão do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS anterior, considerado o tempo de vigência remanescente do CONTRATO DE CONCESSÃO.
- 8.6. É facultado, à CONCESSIONÁRIA, solicitar a extinção do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS e a superveniente celebração de novo CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS tendo o mesmo objeto e condições contratuais, na hipótese de atraso, por conduta atribuível ao AGENTE FIDUCIÁRIO, superior a 60(sessenta) dias dos pagamentos das CONTRAPRESTAÇÕES

PROCESSO SEDUC Nº 378.00000070/2024-38
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 001/2024
PPP Escolas – Lote Oeste

PÚBLICAS MENSAIS EFETIVAS e/ou das CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAIS COMPLEMENTARES, bem como do pagamento dos APORTES que lhe forem devidos e/ou na hipótese de qualquer hipótese de inadimplemento parcial por parte do AGENTE FIDUCIÁRIO que inviabilize ou onere excessivamente a CONCESSÃO.

- 8.7. Poderão ser instaurados procedimentos de solução de controvérsias previstos no CONTRATO em caso de discordância entre as PARTES sobre os valores devidos à CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo do pagamento dos valores incontroversos pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, conforme indicado na ORDEM DE PAGAMENTO ou ORDEM DE PAGAMENTO COMPLEMENTAR recebida.
- 8.8. O CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS a ser firmado pelas partes deverá conter previsão que indique a preferência da CONCESSIONÁRIA, em relação à concessões futuras a serem desenvolvidas pelo PODER CONCEDENTE, no recebimento de recursos oriundos de repasse do Salário Educação.